

## ■ Voto eletrônico

A MZ Consult lançou, no último dia 9, o serviço Assembléias Online, que permite a votação pela *internet*, de acionistas, investidores e cotistas em reuniões de empresas e fundos. O serviço tem respaldo legal na Medida Provisória nº 2.200, que regularizou a assinatura digital certificada; em junho último, ganhou o aval da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que passou a aceitar o uso de certificados privados nas votações. O sistema não terá custo algum para os usuários – quem contrata o serviço é a empresa interessada em oferecê-lo a seus acionistas, pagando R\$ 47 mil ao ano por três assembléias e certificação de até 300 CPFs. A responsável pela certificação dos usuários é a Certisign. A MZ conta ainda com o apoio do escritório de advocacia Tauil & Chequer, responsável pela estrutura jurídica do sistema.

A revisão dos controles internos e auditoria dos votos estão a cargo da auditoria independente Ernst & Young. A Assembléias Online também pode formatar e administrar fóruns *on-line* e *blogs* para discussão das pautas em assembléias e transmissão ao vivo das reuniões pela *internet* (*webcast*). Para receber o certificado e se habilitar ao voto eletrônico, o interessado precisa enviar documentos autenticados. O certificado vale por um ano. Além de dispensar a presença física nas assembléias, o certificado também é mais simples, barato e seguro do que o *proxy vote* (voto por procuração).

Segundo o presidente da MZ, Rodolfo Zabisky, a previsão é de que no ano que vem 30 empresas contrataram os serviços. Para o executivo, a solução deve interessar principalmente a investidores estrangeiros, que passarão a poder participar mais

ativamente das decisões. O mesmo vale para fundos ativistas, como os da gestora independente Fama e da Previ (dos aposentados do Banco do Brasil), que cada vez mais se interessam em participar das votações. “Ainda que os votos dos minoritários não seja capaz de decidir, sua participação mais expressiva pode influenciar a opinião dos majoritários e acabar mudando os rumos de uma discussão”, acredita. Zabisky torce, também, para que a oferta de um sistema de votação eletrônico seja um dos requisitos incluídos nas regras do Novo Mercado, que estão em fase de revisão. “O Assembléias Online permite que as empresas atendam duas importantes regras de governança – transparência e equidade de tratamento. Daqui a três anos, será difícil para uma companhia explicar ao mercado porque não disponibiliza o serviço”, acredita.

## ■ Nova presidente

Pela primeira vez desde que foi criada, em 1988, a Associação dos Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec) Nacional terá uma mulher à frente da diretoria. No último dia 28 de novembro, Lucy Sousa, que vinha presidindo a seção paulista da entidade, venceu, as eleições, por 306 votos a 302, com a chapa “Governança”. Adonis Assumpção Pereira Junior será o novo vice-presidente.

Lucy trabalha no mercado de capitais há mais de 25 anos. Atualmente, ela é diretora da Interlink Consultoria de Mercado de Capitais e também professora da FAAP, do MBA Mercado de Capitais da Fipecafi - Apimec, do Ibmecc SP e do curso de especialização do Instituto de Economia da Unicamp. Como presidente, Lucy declarou que pretende reforçar, modernizar e também democratizar a estrutura da Apimec Nacional. “Qualquer entidade que se diga nacional tem de estar bem

representada e fortalecida institucionalmente”, completa Assumpção.

Entre as propostas feitas pela chapa “Governança” está a modernização do Instituto Brasileiro de Certificação dos Profissionais de Investimento (IBCPI), a atração de mais associados para a Apimec, e uma maior presença nos meios de comunicação com posicionamentos que interessem diretamente aos seus integrantes.

